

ISRAEL E TERRITÓRIOS PALESTINIANOS OCUPADOS (TPO)

ESTADO DE ISRAEL

Chefe de Estado:	Shimon Peres
Chefe de governo:	Benjamin Netanyahu
Penal de morte:	abolicionista para crimes comuns
População:	7,6 milhões (Israel); 4,2 milhões (TPO)
Expectativa de vida:	81,6 anos (Israel); 72,8 anos (TPO)
Mortalidade de crianças até 5 anos:	4,4 por mil (Israel); 29,5 por mil (TPO)

As autoridades israelitas mantiveram o bloqueio à Faixa de Gaza, prolongando a crise humanitária na região, e restringiram a circulação de palestinos nos Territórios Palestinos Ocupados (TPO). Na Cisjordânia, inclusive em Jerusalém Oriental, as autoridades continuaram a construir o muro, grande parte do qual em território palestino, e a expandir os colonatos, violando a legislação internacional. Também demoliram casas e outras instalações palestinas na Cisjordânia e casas de palestinos localizadas em Israel, especialmente em aldeias “não reconhecidas” no Negev. O exército israelita utilizou, com frequência, força excessiva, por vezes letal, contra manifestantes na Cisjordânia e contra civis em áreas de fronteira na Faixa de Gaza. Forças militares israelitas mataram 55 civis nos TPO; entre eles, 11 crianças. Aumentou a violência contra palestinos por parte de colonos israelitas na Cisjordânia; três palestinos foram mortos por colonos. Soldados e colonos israelitas acusados de cometerem abusos contra palestinos, de uma maneira geral, não foram responsabilizados. As autoridades não realizaram investigações independentes aos crimes de guerra alegadamente praticados pelas forças israelitas durante a Operação “Chumbo Fundido”, em 2008-2009. As autoridades israelitas prenderam milhares de palestinos da Cisjordânia. Mais de 307 deles estavam sob prisão administrativa, mantidos sem acusação nem julgamento; outros foram sentenciados a penas de prisão após julgamentos militares. Israel mantém mais de 4.200 prisioneiros palestinos ao final de 2011. Continuaram os relatos de tortura e de outros maus-tratos a detidos.

Antecedentes

Fracassaram os esforços internacionais para a retomada das negociações entre Israel e a Autoridade Palestina (AP). Israel opôs-se à solicitação da AP para participação plena como Estado-membro da ONU e reteve temporariamente receitas fiscais devidas à AP depois da Palestina se ter tornado membro pleno da UNESCO.

Grupos armados palestinos em Gaza dispararam roquetes e morteiros indiscriminadamente contra a região Sul de Israel, matando dois civis israelitas (ver entrada da Autoridade Palestina); forças israelitas realizaram ataques contra palestinos que julgavam ser os responsáveis pelos lançamentos. Em abril, um estudante israelita do ensino médio foi ferido fatalmente quando um míssil, disparado de Gaza, atingiu um autocarro escolar no Negev. Oito colonos israelitas foram mortos por palestinos na Cisjordânia, um deles pelas forças de segurança da AP. Outros sete civis foram mortos em Israel, seis deles por militantes armados que chegaram a Israel através do Egito, em agosto.

Em outubro e dezembro, Israel libertou 1.027 prisioneiros e prisioneiras palestinos, incluindo alguns condenados pelo assassinato de civis israelitas, em troca da libertação do soldado israelita Gilad Shalit, a 18 de outubro. Ele tinha sido mantido cativo em Gaza por grupos armados palestinos desde 2006, período em que o Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) não pôde ter acesso a ele. Israel também libertou 25 cidadãos egípcios, em outubro, em

troca da libertação de um cidadão de dupla nacionalidade israelita-norte-americana preso no Egito.

Entre os meses de julho e outubro, centenas de milhares de cidadãos israelitas participaram em manifestações pacíficas, pedindo redução nos custos da habitação e melhorias nos sistemas de saúde e de educação.

Bloqueio e crise humanitária em Gaza

Israel manteve seu bloqueio militar a Gaza, imposto em 2007, e fechou, em março, a passagem de Karni, deixando Kerem Shalom como o único ponto de entrada para mercadorias, apesar de esta não ter capacidade de comportar o fluxo atual. O bloqueio prolongou a crise humanitária enfrentada por 1 milhão e 600 mil residentes de Gaza, mais de 70 por cento dos quais estavam dependentes de ajuda humanitária. Uma proibição quase total das exportações continuou vigente, asfixiando a economia local. Além disso, as severas restrições às importações acentuaram a escassez e os altos preços das mercadorias. O bloqueio constituiu uma forma de punição coletiva – uma violação à legislação internacional – e afetou particularmente crianças e pessoas doentes. As autoridades israelitas dificultaram ou impediram a saída de Gaza de centenas de pacientes que necessitavam tratamento médico.

Em maio, o Egito abriu a passagem de Rafah aos residentes de Gaza, mas controlou, de maneira rigorosa, a circulação para dentro e fora de Gaza. Pelo menos 36 palestinos foram mortos nos túneis usados para contrabandear mercadorias entre o Egito e Gaza, devido a acidentes ou ataques aéreos israelitas sobre os túneis.

A marinha israelita interceitou diversas flotilhas internacionais que tentavam furar o bloqueio a Gaza. Em setembro, uma Comissão de Inquérito da ONU determinou que o bloqueio naval a Gaza era legal; porém, a comissão não se pronunciou sobre a legalidade do regime geral de isolamento imposto à região.

Restrições na Cisjordânia

Na Cisjordânia, mais de 500 postos de controle e barreiras militares israelitas continuaram a dificultar o acesso dos palestinos aos seus locais de trabalho, escolas e hospitais. Israel continuou a construção de um muro de 700 km na Cisjordânia, a maior parte dele em território palestino. O muro separa milhares de agricultores palestinos de suas terras e fontes de água. Palestinos da Cisjordânia que dispõem de autorização de entrada em Jerusalém tiveram autorização para utilizar apenas quatro dos 16 postos de controle ao longo do muro.

Os palestinos tiveram negado o acesso a áreas vizinhas aos colonatos israelitas, que são estabelecidos e mantidos em violação da legislação internacional. Intensificou-se a construção de colonatos. Os colonatos na Cisjordânia, incluindo Jerusalém Oriental, contavam com mais de 500 mil residentes no final de 2011.

Restrições à circulação obrigaram cerca de 200 mil palestinos, de 70 aldeias distintas, a fazer desvios que implicavam um trajeto duas a cinco vezes mais longo do que a rota direta para a cidade mais próxima, prejudicando o acesso a serviços básicos.

Direito à habitação – desalojamentos forçados

As autoridades israelitas, em geral, negaram autorizações de construção a palestinos residentes em Jerusalém Oriental e na Área C da Cisjordânia, onde Israel detém autoridade plena para o planejamento e urbanização, impedindo o direito dos palestinos a habitação adequada. As autoridades israelitas intensificaram a demolição de casas e de outras instalações palestinas construídas sem permissão na Cisjordânia, tendo destruído mais de 620 estruturas

durante 2011. Em consequência, quase 1.100 palestinos ficaram deslocados, um aumento de 80 por cento em relação a 2010; mais de 4.200 outros palestinos foram afetados pela demolição de 170 estábulos e 46 cisternas. As comunidades vulneráveis de beduínos e de pastores foram especialmente afetadas, algumas ficando sob risco de deslocamento permanente devido às severas restrições à circulação, a repetidas demolições e à violência por parte de colonos.

■ Em junho, forças israelitas realizaram repetidas demolições em Hadidiya, uma comunidade de pastores localizada ao norte do Vale do Jordão, destruindo 33 estruturas e deixando diversas famílias desalojadas. Um recurso interposto perante o Supremo Tribunal de Justiça resultou numa ordem judicial temporária contra novas ordens de demolição expedidas em novembro.

As autoridades também intensificaram demolições de casas palestinianas em Israel, particularmente nas aldeias “não oficialmente reconhecidas”, nas quais são proibidas todas as construções. Em setembro, o governo aprovou planos para regularizar construções beduínas “ilegais” na região sul do deserto de Negev; caso implementados, esses planos podem levar ao desalojamento forçado de milhares de palestinos de Israel.

■ Casas degradadas e outras estruturas localizadas em Al Araqib, uma aldeia “não reconhecida” no Negev, foram demolidas pelo menos 20 vezes em 2011, após outras demolições em 2010. Em julho, as autoridades israelitas entraram com uma ação judicial contra os residentes da aldeia, pedindo uma indemnização de 1 milhão e 8 mil ILS (aproximadamente 500 mil dólares dos EUA) para cobrir os custos das repetidas demolições e desalojamentos.

Uso excessivo da força

Forças israelitas usaram munições verdadeiras e outras formas excessivas de força contra manifestantes palestinianos na Cisjordânia e contra outros manifestantes nas fronteiras com a Síria e o Líbano, bem como para manter a “zona de exclusão” em Gaza e ao longo de sua costa. Forças israelitas mataram 55 civis palestinianos nos TPO, incluindo 11 crianças. Entre essas pessoas, estavam 22 civis, incluindo nove crianças, que foram mortos pela artilharia israelita no território de Gaza e nas áreas costeiras restritas. O exército iniciou investigações internas a alguns destes incidentes, mas estas não se mostraram independentes nem transparentes.

■ Registos indicam que cerca de 35 pessoas foram mortas e centenas ficaram feridas quando soldados israelitas atiraram contra milhares de refugiados palestinianos e outras pessoas que protestavam, nos dias 15 de maio e 5 de junho, na fronteira do Líbano com Israel e na fronteira entre a Síria e o território Golan, ocupado por Israel. Alguns manifestantes atiraram pedras e outros cruzaram a fronteira nos Montes Golan, mas não transportavam armas de fogo nem pareciam oferecer ameaça direta às vidas dos soldados. Israel contestou o número de mortos e as circunstâncias do incidente.

■ Soldados israelitas utilizaram regularmente força excessiva contra manifestantes palestinianos que protestavam contra o muro e a expansão dos colonatos na aldeia de al-Nabi Saleh, na Cisjordânia. A 9 de dezembro, feriram fatalmente Mustafa Tamimi, de 28 anos. Depois de ter atirado uma pedra contra um jipe militar, foi atingido no rosto por uma granada de gás lacrimogénio lançada a curta distância, em violação do regulamento militar.

Impunidade

Em janeiro, a Comissão Turkel, designada pelo governo de Israel, concluiu que as forças israelitas não violaram a legislação humanitária internacional ao atacar uma flotilha com ajuda destinada a Gaza, em maio de 2010, e ao matar nove cidadãos turcos, tendo concluído, porém, que as forças israelitas erraram ao não prestar contas pelas nove mortes.

As autoridades, mais uma vez, não adotaram medidas para conduzir investigações credíveis e independentes sobre alegados crimes de guerra e possíveis crimes contra a humanidade que teriam sido cometidos pelas forças israelitas durante a Operação "Chumbo Fundido", em 2008-2009, na qual centenas de civis palestinos foram mortos, embora continuassem a decorrer algumas investigações da polícia militar sobre incidentes específicos.

Os colonos israelitas e as forças de segurança acusados de abusos contra palestinos, de um modo geral, não foram responsabilizados. As autoridades israelitas instauraram investigações, de forma rotineira, mas essas raramente resultaram em processos. A ONG israelita Yesh Din informou que quase 90 por cento das investigações oficiais sobre denúncias de violência por parte de colonos, que a ONG tem vindo a monitorizar desde 2005, foram encerradas, aparentemente devido a falhas na investigação. Informou também que apenas 3,5 por cento das denúncias feitas por palestinos às autoridades militares israelitas entre 2000 e 2010, alegando violação de direitos por parte de soldados israelitas, resultaram em acusação.

Detenção sem julgamento

As autoridades israelitas mantiveram detidos pelo menos 307 palestinos dos TPO sem acusações ou julgamento durante 2011, através de ordens renováveis de detenção administrativa baseadas em informações secretas, ocultadas dos detidos e dos seus advogados. Três mulheres detidas administrativamente estavam entre os palestinos libertados na troca pela libertação de Gilad Shalit pelo Hamas.

■ O escritor e académico Ahmad Qatamesh foi preso em abril e mantido sob ordem de detenção administrativa seis meses, que foi renovada em setembro. No final de 2011, ainda se encontrava detido. Foi considerado prisioneiro de consciência.

Condições prisionais – negação de visitas familiares

As autoridades israelitas continuaram a proibir as famílias de visitarem presos palestinos de Gaza detidos em prisões israelitas, perpetuando uma política que vigora desde junho de 2007. Apesar de mais de 200 presos de Gaza terem sido libertados ao longo de 2011, cerca de 440 permaneciam em prisões israelitas no final do ano. As autorizações de visita também foram negadas frequentemente pelas autoridades israelitas aos familiares de prisioneiros da Cisjordânia, por razões "de segurança" não explicitadas.

Julgamentos injustos

Palestinos nos TPO continuaram a ser julgados perante tribunais militares e tiveram o acesso a advogados sistematicamente negado durante os interrogatórios preliminares ao processo. A 27 de setembro, a Ordem Militar 1676 elevou de 16 para 18 anos a idade limite a partir da qual se permite o julgamento de palestinos perante tribunais militares israelitas. Anteriormente, adolescentes de 16 e 17 anos tinham sido julgados perante esses tribunais nas mesmas condições que os adultos. O novo regulamento é omissivo quanto à exigência de que os adolescentes detidos tenham acesso à assistência jurídica durante o interrogatório e que adolescentes com mais de 16 anos sejam mantidos separados dos adultos.

Tortura e outros maus-tratos

Denúncias de tortura e de outros maus-tratos, incluindo de adolescentes, continuaram a ocorrer. Entre os métodos mais citados estiveram espancamentos, ameaças aos presos ou às suas famílias, privação de sono e ser algemado em posições dolorosas por longos períodos. Confissões alegadamente obtidas sob coação foram aceites como provas por tribunais militares israelitas.

■ Islam Dar Ayyoub, de 14 anos, foi preso em sua casa, na aldeia al-Nabi Saleh, na Cisjordânia, por volta das duas horas da madrugada de 23 de janeiro. Vendado e algemado, ele foi transferido,

num jipe militar, através do colonato vizinho de Halamish, até à esquadra da polícia do colonato de Maale Adumim, onde foi interrogado, durante horas, sem a presença de um advogado. Não teve permissão para descansar, comer ou ir a instalações sanitárias. As informações obtidas dele durante o interrogatório foram utilizadas para incriminar Bassem Tamimi, organizador das manifestações em al-Nabi Saleh (veja abaixo).

■ Em fevereiro, Dirar Abu Sisi, um engenheiro de Gaza, foi transferido, à força, da Ucrânia para Israel e mantido na prisão de Shikma, próximo da cidade de Ashkelon, onde, durante 25 dias, não teve permissão de contatar um advogado. Em abril, ele foi acusado de fabricar roquetes para o braço militar do Hamas; as autoridades israelitas disseram que ele confessou, mas a sua advogada alegou que a confissão foi obtida sob tortura. No final do ano, ainda se encontrava detido, segundo informações, em prisão solitária.

Liberdade de expressão e de associação

O Knesset, o parlamento de Israel, aprovou leis que restringem a liberdade de expressão e de associação. Entre elas, uma que criminaliza a defesa do boicote a indivíduos ou instituições israelitas, em Israel ou nos colonatos israelitas na Cisjordânia. Outra lei penaliza a celebração, por instituições ou por municípios, do Nakba (catástrofe), um termo usado pelos palestinos para descrever o desalojamento de suas terras em 1948. O Knesset também discutiu, mas até o final de 2011 não tinha aprovado, uma lei para limitar ou impedir o recebimento de fundos de governos estrangeiros por ONG israelitas de direitos humanos, particularmente por aquelas que forneceram informações à Missão de Investigação da ONU sobre o conflito em Gaza, em 2009.

Na Cisjordânia, ativistas palestinos que organizaram protestos, alguns dos quais pacíficos, contra o muro e contra a presença de colonatos israelitas ilegais continuaram a enfrentar prisão e julgamento perante tribunais militares israelitas. As autoridades israelitas prenderam pelo menos 14 jornalistas palestinos, dois dos quais foram detidos administrativamente.

■ Em janeiro, um tribunal militar de recursos alargou de 1 ano para 16 meses a sentença de Abdallah Abu Rahma, um ativista da aldeia de Bilin que faz oposição não violenta ao muro. Tinha sido condenado por incitamento e organização ilegal de manifestações públicas com base em declarações feitas por crianças sob coação. Considerado prisioneiro de consciência, foi libertado em março, depois de ter cumprido integralmente a sentença.

■ Bassem Tamimi, ativista de longa data e crítico pacífico das políticas israelitas, foi preso a 24 de março e depois acusado de organizar protestos na aldeia de al-Nabi Saleh. No final de 2011, continuava sob custódia enquanto seu julgamento decorria num tribunal militar. Foi considerado prisioneiro de consciência.

Refugiados e requerentes de asilo

As autoridades israelitas continuaram a negar o acesso aos procedimentos de determinação da condição de refugiado aos requerentes de asilo eritreus e sudaneses, que constituem, aproximadamente, 80 por cento dos cerca de 45 mil requerentes de asilo em Israel. Receberam apenas documentos temporários e não tiveram autorização para trabalhar ou para ter acesso aos serviços sociais e de saúde pública. Foi concedido o estatuto de refugiado a apenas um pequeno número de requerentes de asilo de outros países.

Novas medidas rígidas para dissuadir futuros requerentes de asilo tiveram avanços no parlamento. Em março, o Knesset aprovou a primeira minuta de um projeto de lei Anti Infiltração, segundo o qual migrantes e requerentes de asilo sem documentos estariam sujeitos a prisão por períodos de três anos ou mais. Em setembro, o Conselho Nacional de Planeamento e Construção publicou os planos para construção de um centro de detenção para requerentes de asilo, com capacidade

para 10 mil pessoas, próximo da fronteira de Israel com o Egito. Apesar de uma decisão, tomada em março pelo exército de Israel, de suspender a prática de “devolver ainda quentes” – sem antes examinar os seus pedidos de asilo – os requerentes que ingressavam em Israel vindos do Egito, várias ONG registaram novos casos de retornos forçados para o Egito que ocorreram até julho.

Prisioneiros de consciência – objetores de consciência israelitas

Pelo menos três objetores de consciência israelitas estiveram presos durante 2011 por se recusarem a prestar serviço militar devido à sua oposição à ocupação dos territórios palestinos por Israel.

Visitas/relatórios da AI

📄 Representantes da Amnistia Internacional visitaram Israel e os TPO em maio e em novembro.

📄 Amnesty International's updated assessment of Israeli and Palestinian investigations into the Gaza conflict (MDE 15/018/2011)

📄 Gaza blockade must be lifted following UN panel finding on flotilla raid (MDE 15/030/2011)